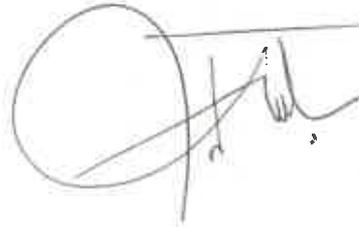


Francisco Dias

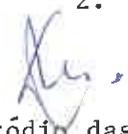


J. Mendes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 40

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de mil noventa e dois, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretária do pelos Vogais João Ferreira dos Santos e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro Secretário eleito e Segundo Secretário, em substituição legal do respectivo titular e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luis Rebocho de Albuquerque Christo, José Alberto Martins de Carvalho, Victor Manuel Baradas de Carvalho Sequeira, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangeirão, Arlindo de Macedo Bastos José Jorge da Costa Pôncio, Manuel Ferreira da Cruz

F. Pereira  

Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18H00, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Manuel Branco Pontes, Víctor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Arlindo de Macedo Bastos, José Mendes Macedo Loureiro, Celso de Sousa Figueiredo Gomes e Élio Manuel Delgado da Maia, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra o Presidente da Assembleia, informou que antes de dar início aos trabalhos agendados para a presente reunião, haverá um período de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usando da palavra o Vogal Óscar Paulo, fez a seguinte intervenção:
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados, passado mais uma data do dia 25 de Abril, o Partido Socialista, saúda os que estão profundamente empenhados em reforçar a democracia e em especial os Capitães de Abril, felicita aqueles que em 25 de Abril de 74, permitiram recuperar a liberdade exigida em tantas lutas pelos democratas do nosso país, que souberam também compreender os desejos profundos de um povo amrdado pelo fascismo, mas comemorar o 25 de Abril dezoito anos depois é lutar por um Portugal melhor, mais fraterno de mais justiça e solidariedade social. Graças ao 25 de Abril os trabalhadores portugueses celebram em liberdade a sua festa no próximo primeiro de maio, dia do trabalhador, data que tem um significado profundo, que está vivo e actuante em todas as partes do mundo, em que os trabalhadores vendem a sua força do trabalho. Ao longo destes cento e cinco anos, que levaram à instituição como dia internacional dos trabalhadores, na luta histórica e reivindicativa pelos operários de Chicago, o patronato e os governos retrógados têm tentado abafar sem o conseguirem, esta data significativa de esperança, num amanhã melhor, numa sociedade mais fraterna e mais justa - viva o 25 de Abril, viva o 1º. de Maio".

Felicity 

Ku

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Peixinha, começou por chamar atenção para o facto da esplanada do Café Expresso, situada na Av^a. de Oita, estar a ocupar a totalidade do passeio, impedindo dessa forma a passagem às pessoas naquele local, pelo que solicitou que a Câmara tome medidas no sentido de solucionar este problema. A finalizar, quis saber quais os critérios que foram adoptados na selecção dos elementos que vão participar nos Jogos Sem Fronteiras, já que não pode concordar com critérios que excluam elementos classificados em 1^o. lugar nas provas de selecção, em favor de outros elementos que provaram terem menos aptência para o fim em vista. Lamentando por isso que se tenham escolhido pessoas com menos capacidades físicas em detrimento daquelas que durante as provas demonstraram uma maior capacidade.

No uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, depois de abordar algumas questões relacionadas com a actual crise directiva vivida pelo Sport Clube Beira-Mar, motivada pela saída do responsável do futebol profissional, quis saber se o protocolo que existe entre o Clube e autarquia prevê que para além dos casos da receita do futebol profissional em que 20% destas receitas são afectadas às actividades amadoras, se essa mesma percentagem existe também para os subsídios entrados na instituição Beira-Mar. Pois a ser assim presume que há contas que têm sido muito mal feitas, já que qualquer subsídio que provenha do exterior e com destino à instituição Beira-Mar, se 80% são affectados ao futebol profissional não podem ser tomados em linha de conta determinados apoios que a Câmara e em seu entender muito bem tem prestado à instituição Beira-Mar, na medida em que 80% teriam que ser computados automaticamente a favor do futebol profissional.

A finalizar teceu também algumas criticas ao comportamento do responsável pelo futebol profissional perante os órgãos da Comunicação Social aquando do Jogo para a Taça de Portugal entre o Beira-Mar e o Sporting de Braga, sublinhando mesmo que tais afirmações não tiveram outro efeito que não fosse cobrir de vergonha todos aqueles que se orgulham de se considerar Aveirenses, considerando por isso que tais afirmações não enobrecem ninguém, para além de deixar péssimamente colocada a pessoa que proferiu tais dislates.

Usou também da palavra o Vogal Armando Vieira, para se referir ao mau estado do pavimento da E. N. 235-1, no troço compreendido entre S. Bento, na freguesia de Oliveirinha e o "Pingo Doce", já na freguesia de S. Bernardo. Desejando saber se a autarquia está empenhada na sua recuperação durante o ano em curso, já que há vários anos se luta pela resolução deste problema, tendo-lhe sido prometido que logo que estivesse concluída a variante entre Mamodeiro e Aveiro, que tal recuperação seria feita. Todavia tal não aconteceu, considerando por isso que se trata de uma desconsideração às pessoas residentes naquela

Theris

zona, nomeadamente S. Bernardo, Oliveirinha e mesmo muita gente de Eixo, que por ali circula. A finalizar manifestou o interesse de saber o que pensa o responsável pela freguesia de S. Bernardo, acerca desta matéria, já que em sua opinião todos não serão demais para levantarem a voz em defesa das populações que representam.

Seguidamente usou da palavra o Vogal José Luis Christo, para chamar atenção que as Igrejas de S. Francisco e Stº. António, que supõe terem sido já classificadas como monumentos nacionais, encontram-se em adiantado estado de degradação, destacando nomeadamente as pinturas do tecto da sacristia da Igreja de Stº. António. Referiu ainda, que apesar de ter sido exposto várias vezes à Secretaria de Estado da Cultura, a qual tem prometido actuações no sentido de solucionar o problema, todavia até ao momento não tomou qualquer medida para resolver o problema, impedindo mesmo actuações por parte das entidades religiosas locais. A finalizar a sua intervenção, recordou o artista Aveirense, pintor Manuel Bandarra, recentemente falecido, supondo que todos os que são membros desta Assembleia o conhecem e que portanto é com saudade que o recordam agora.

Usando da palavra o Vogal Victor Mangerão, começou por abordar problemas que se prendem com as dificuldades de circulação na cidade, tecendo algumas críticas à maneira como vem sendo tratada esta matéria, considerando por isso que a autarquia não está a tomar medidas de fundo com vista à resolução destes problemas.

Prosseguindo e referindo-se à atribuição de um subsídio de onze mil contos destinados à construção da sede da Sociedade Columbófila de Aveiro, quis saber se por acaso a autarquia está a pretender dar iguais financiamentos às outras oito Sociedades Columbófilas existentes no Concelho ou se por acaso tem respostas adequadas quando estas lhe vieram reclamar igual apoio, uma vez aberto tal precedente.

Relativamente ao Planeamento Urbanístico, referiu que o mesmo se encontra neste momento nitidamente num mar de incógnitas, sendo por isso a indefinição do P.D.M. um facto, não compreendendo que existam sobre aspectos estruturais e fundamentais do P.D.M., dúvidas tão grandes como aquelas que têm surgido a propósito daquilo que está previsto em termos de planeamento, como por exemplo quanto à situação futura do Parque de Feiras e Exposições, que está ainda por definir, Cojo, etc.. Referiu que teve também o cuidado de analisar toda a legislação respeitante ao percurso do P.D.M. e a conclusão a que chegou, é que muito embora a Administração Central possa ter algumas culpas nesta matéria, o enquadramento legal que existe em relação à dinâmica do P.D.M., tem tido sempre como princípio fundamental a participação e o conhecimento das populações nesta matéria; porém o que se verifica é que há uma completa desinformação sobre aquilo que é o

P.D.M., e mesmo a nível desta Assembleia Municipal apenas uma das suas sessões se focou o problema e quanto à população em geral, referiu que a Câmara não tomou qualquer iniciativa no sentido de promover o debate desta matéria, se o tivesse feito teria sido uma repartição de responsabilidade, uma possibilidade de auscultar opiniões antes de se tomarem certas decisões. Considerou que começa a ser trágico o divórcio entre a opinião pública e o P.D.M., já que ninguém sabe nada acerca do mesmo, a não ser um grupo muito restrito. Assim, considerou que se trata de uma situação que entrava o progresso do Concelho e sobretudo é um péssimo exemplo da oportunidade que se perde de se fazer participar as populações em coisas que lhes dizem respeito, extremamente importantes para um futuro próximo. A finalizar, referiu que, aquilo a que se assiste permanentemente, é a um avanço de mini-planos de pormenor a coberto daquilo que está já eventualmente consignado no P.D.M., para a resolução de problemas pontuais.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Joaquim Abreu, Paulo Teixeira Santos e Rogério Mário Madail da Silva.

Seguidamente no uso da palavra a Vogal Ester Martins, começou por abordar problemas relacionados com o trânsito, junto ao Complexo Escolar de Esgueira, problemas esses que fazem perigar não só a vida dos alunos que frequentam aqueles estabelecimentos de ensino, mas também de todas as pessoas que por ali passam, dada a proximidade do caminho de ferro. Referiu também a falta de espaço com que a Escola de debate, para promover as suas actividades culturais e desportivas, pelo que sugeriu à Câmara a construção de um Pavilhão Polivalente, destinado a apoiar todo o complexo escolar de Esgueira. Finalmente salientou o apoio dado pela Junta de Freguesia de Esgueira através da disponibilização das suas instalações, sempre que tem sido necessário.

No uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, fez referência a grupos de marginais que ultimamente têm perturbado o sossego da cidade e muito embora compreenda que não é da competência do Executivo Municipal esta matéria, entende todavia que é o momento de todos darem um alerta no sentido de que se conjuguem esforços entre Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Governador Civil, P.S.P. e G.N.R., para que se encontre a melhor forma de pôr cobro a situações que vêm perturbando o normal descanso dos cidadãos; pelo que recomendou à Câmara e aos Presidentes da Junta para que promovam o diálogo com vista à solução deste problema e a cidade retome a sua vida normal que felizmente sempre gozou e na qual os cidadãos se têm sentido muito bem.

Proseguindo, solicitou esclarecimentos relativos ao ponto da situação do P.D.M., pois considera tratar-se de um instrumento fundamental e que convém ser definido de uma vez por todas.

Em matéria de trânsito chamou mais uma vez atenção do responsável deste pelouro para mandar retirar os sinais B21 e B22, já que os mesmos foram expressamente revogados por lei

Peixinha
[Handwritten signature]

e neste momento não estão lá a fazer nada, tornando-se por isso necessário mandar colocar sinais adequados.

Finalmente pretendeu saber a até que ponto correspondem à verdade, os rumores que correm relativos à mudança da actual Galeria Municipal, para outro local.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cabral Monteiro, para abordar alguns aspectos relacionados com a actual crise de Direcção que o Beira-Mar atravessa, começando por esclarecer que o protocolo celebrado entre a Autarquia e o Sport Clube Beira-Mar, foi aprovado em Assembleia Geral do dito Clube, estando ao dispôr de todo e qualquer associado que porventura o queira consultar. Informou também, que as receitas geradas pelo futebol profissional provocam um rendimento próprio de 80% e 20% para a instituição Beira-Mar. Todas as receitas que o Sport Clube Beira-Mar a nível extra futebol angaria, não reverte nem um tostão que seja para o futebol profissional, é todo relacionado com as actividades amadoras, gestão administrativa, Pavilhão etc.; portanto todos os valores gerados pelo futebol profissional inclusivê a quotização dos sócios é 80% para o futebol profissional e 20%, para as modalidades ditas amadoras; subsídios quando a nível oficial, mas provocados pelo futebol profissional é 20% para as actividades amadoras. Sublinhou ainda que os subsídios que a Câmara Municipal entenda dar à instituição Beira-Mar, é óbvio que são apenas para o Beira-Mar; aqueles que são dados especificamente ao futebol profissional é óbvio que são para o futebol na base da mesma percentagem.

Seguidamente o Vogal João Peixinha aletou a Câmara para a necessidade de mandar colocar uma pré -sinalização entre o "Pingo-Doce" e a Passagem Desnívelada junto do Cemitério Sul, a fim de permitir os automobilistas se apercebam com mais segurança da formação das três vias naquele local, evitando-se com essa medida que os condutores não pisem o risco contínuo, ao virarem para a Avenida 25 de Abril.

No uso da palavra o Presidente da Câmara começou por dizer que a Câmara Municipal não deve qualquer verba ao Sport Clube Beira-Mar e que portanto nenhuma deliberação no âmbito desta matéria deixou de ser cumprida.

Prosseguindo e no que respeita à selecção dos elementos para os Jogos Sem Fronteiras, esclareceu que quer a selecção, quer a deslocação dos respectivos elementos, são da responsabilidade da R. T. P. e por tal facto não poderá a Câmara pronunciar-se sobre se tal selecção foi bem ou mal feita, no entanto admitiu que alguns critérios utilizados possam não ter sido os mais correctos, já que de facto chegaram algumas queixas à Câmara que parecem de facto bastante fundamentadas e es tranhas. No entanto referiu mais uma vez que tal situação transcende a Câmara.

Relativamente à questão da E.N. - 235-1, disse que a Câmara encarregou

Alcides *Christo* *Luís* 7.

já a Divisão de Vias e Sinalização e Trânsito, de proceder à elaboração de um estudo, no sentido de definir uma intervenção da Câmara faseada. Todavia, salientou que o Executivo não tem ilusões de que no ano em curso, dado os elevados custos que a 235-1 acarreta para a sua melhoria total, não é intenção desta Câmara Municipal fazer uma intervenção global até à povoação de S. Bento. No entanto a Câmara vai definir eventualmente um troço ou dois, intervindo nos mesmos com massa asfáltica, ainda no ano em curso.

Quanto às questões levantadas pelo Vogal Luís Christo, sublinhou que as mesmas ultrapassam um pouco a Câmara, embora este órgão esteja solidário com as preocupações do referido Vogal.

No que se refere à construção da sede da Sociedade Columbófila de Aveiro, começou por referir que o edifício em causa foi implantado naquele local pelos técnicos da Câmara com a preocupação de não afectar um futuro aproveitamento, daí que o facto de toda a zona que está virada para os Armazéns Gerais da Câmara da C.M.A. é para ser construída uma empena cega na qual seja possível não haver servidão de vistas, ou ônus que impeçam uma posterior ligação de alguma coisa que não está definida neste momento. Salientou também que o apoio prestado pela Câmara para a construção deste edifício foi de oito mil e quinhentos contos e não de onze mil, como foi referido; referiu ainda que esta intervenção da Câmara, justifica-se pelo facto desta Sociedade Columbófila ter sido desalojada pela Câmara, indirectamente, aquando da construção do Quartel dos Bombeiros Novos. Quanto às restantes sociedades Columbofilas, rectificou que elas são cerca de cinco e não de oito como foi referido, esclarecendo que a Câmara mantém contactos com algumas nomeadamente com a de Esgueira, para de igual forma apoiar esta colectividade na resolução do problema das suas instalações e naturalmente em relação a todas as outras a Câmara prestará a sua colaboração, já que esta modalidade (Columbofila) tem no distrito de Aveiro, um peso significativo.

Relativamente ao P.D.M., disse pensar que a Câmara está a seguir exactamente a legislação vigente sobre a matéria. A Câmara aprovou o P.D.M. posteriormente remeteu-o à C.C.R.S., para colher todos os pareceres, neste momento falta discutir a matéria de R.E.N. (Reserva Ecológica Natural), desafectações da mesma; foi definida já a R.E.N., pelo que cria problemas complicados como seja S. Jacinto, pois toda a localidade de S. Jacinto está inserida na R.E.N., o que significa que em princípio fica inviabilizada qualquer intervenção, qualquer construção em S. Jacinto. Neste momento estão-se a discutir e estão já preparadas todas as desafectações da R.A.N. (Reserva Agrícola Natural) foram feitas as desafectações da R.A.N., a nível da Direcção Regional de Agricultura na sequência dos pedidos feitos pela Comissão. Referiu ainda que quando este problema foi abordado na Assembleia Municipal, tratou-se de uma tentativa de informar a Assem

bleia do que se estava a passar no âmbito desta matéria. No entanto é evidente que o P.D.M., virá a Assembleia Municipal quando a lei determinar o passo seguinte, e irá nomeadamente à discussão pública dentro do prazo que está estipulado por lei; não havendo por isso nada de especulativo no âmbito desta matéria, pondo no entanto à disposição dos Deputados Municipais sempre que o desejarem, todos os elementos que foram entregues à C.C.R.S., relativos ao P.D.M.. Disse ainda pensar que a zona do Cojo é naturalmente uma parte do P.D.M., todavia o P.D.M. não desce ao pormenor, pois será seguido de Planos de pormenor e o Plano do Cojo é de qualquer maneira um Plano de pormenor, que não tem a sua tradução física no P.D.M., a não ser em mancha ou em definição de funções etc..

Relativamente aos novos problemas sociais que se levantam em Aveiro, com origem em grupos organizados que ultimamente têm causado alguma perturbação na Cidade, disse tratar-se de uma questão preocupante e que a Autarquia está atenta ao problema, pelo que irá desencadear algumas acções com instituições que de algum modo estão ligadas ao problema da juventude, nomeadamente com as novas organizações que foram criadas - Apoio a Menores, Comissão de Menores, Projecto Vida, também com as equipas que agora se começam a dedicar ao combate à droga etc., no sentido de colectivamente fazer-se um estudo sobre a génese destes movimentos e debelar-lhes as causas.

Ainda no âmbito do Planeamento e concretamente quanto à localização do Parque de Feira e Exposições, informou que existem dois locais possíveis para a sua implantação, concretamente a baixa de Vilar ou toda aquela zona contígua ao nó das Pirâmides, todavia a Câmara ainda não tomou qualquer decisão, porque ainda não se fez a desafecção da R.E.N. (Reserva Ecológica Natural), estando a Câmara neste momento com algumas dificuldades em desafectar esta área à R.E.N.; referiu ainda que há questões prévias a tratar como seja o caso das desafecções que podem levar a Câmara a tomar uma opção sobre um local ou outro, dando consequentemente a conhecer essa decisão na altura oportuna, à Assembleia Municipal.

A finalizar disse que relativamente à mudança da Galeria Municipal para outro local da Cidade, não há qualquer decisão definitiva sobre o assunto, todavia admitiu que de facto essa hipótese foi por si ventilada, tendo a mesma sido motivada por uma reestruturação de serviços, porém não há ainda qualquer decisão sobre esta matéria.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo de seguida o Presidente da Mesa, interrompido os trabalhos para o jantar, eram 20,15 Horas.

Boia


2ª. PARTE

Pelas 21,30 horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, o último em substituição do Segundo Secretário eleito e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Alberto Martins de Carvalho, Vitor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Rogério Mário Madail da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Custódio das Neves Lopes Ramos; António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Retomados os trabalhos e terminado o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a Acta nº. 34:

ACTA Nº. 34: - Submetida à votação, mereceu aprovação por vinte e quatro votos a favor e duas abstenções do P.S. e do P.S.D..

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL